
**EDUCOMUNICAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO:
REFLEXÕES SOBRE O “PRODUÇÃO DE VÍDEOS ESTUDANTIS” E AS
RELAÇÕES CINEMA-ESCOLA**

EDUCOMMUNICATION CONTEXTUALIZED IN THE BRAZILIAN SEMIARID
REGION: REFLECTIONS ON “STUDENT VIDEO PRODUCTION” AND CINEMA-
SCHOOL RELATIONS

LA EDUCOMUNICACIÓN CONTEXTUALIZADA EN EL SEMIÁRIDO
BRASILEÑO: REFLEXIONES SOBRE LA “PRODUCCIÓN DE VIDEO
ESTUDIANTIL” Y LAS RELACIONES CINE-ESCUELA¹

Patrícia Barbosa
Carla Paiva

Resumo

Este trabalho se alicerça nos princípios da Educomunicação e da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro (ECSAB) para refletir sobre as relações entre cinema e escola. Trata-se de um estudo baseado na proposta filmica do “Produção de Vídeos Estudantis” (Prove), da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, iniciativa que sugere uma dinâmica alternativa para o ensino-aprendizagem de cinema e dá suporte para pensá-lo enquanto prática educacional e contextualizada no âmbito da educação formal. A pesquisa possui caráter bibliográfico, complementado por algumas entrevistas com docentes de escolas em Juazeiro-BA, e seus resultados dão indícios de que o Prove pode caminhar nessa direção, enquanto uma ação que, por si só, já promove alguns movimentos nas estruturas do sistema de ensino ao convocar o imaginário dos estudantes, mobilizando também os professores, em torno de uma ação audiovisual ancorada na realidade da escola e de seus sujeitos.

Palavras-chave: Cinema e escola; Educomunicação; ECSAB; Prove.

Abstract

This work is based on the principles of Educommunication and Contextualized Education for Living with the Brazilian Semiarid (ECSAB) to reflect on the relationship between cinema and school. This is a study based on the filmic proposal of the “Production of Student Videos” (Prove), by the Bahia State Department of Education, an initiative that suggests an alternative dynamics for the teaching and learning of cinema and supports thinking about it. as an educative and contextualized practice within the scope of formal education. The research has a bibliographic character, complemented by some interviews with school teachers in Juazeiro-BA, and its results give indications that Prove can move in this direction, as an action that, by itself, already promotes some movements

in the structures of the system. of teaching by summoning the students' imagination, also mobilizing teachers, around an audiovisual action anchored in the reality of the school and its subjects.

Keywords: Cinema and School; Educommunication; ECSAB; Prove.

Resumen

Este trabajo se basa en los principios de la Educomunicación y la Educación Contextualizada para la Convivencia con el Semiárido Brasileño (ECSAB) para reflexionar sobre la relación entre cine y escuela. Se trata de un estudio basado en la propuesta filmica de la “Producción de Videos Estudiantiles” (Prove), de la Secretaría de Educación del Estado de Bahía, iniciativa que sugiere una dinámica alternativa para la enseñanza y el aprendizaje del cine y apoya la reflexión sobre el mismo. una práctica educomunicativa y contextualizada en el ámbito de la educación formal. La investigación tiene carácter bibliográfico, complementada con algunas entrevistas con maestros de escuela de Juazeiro-BA, y sus resultados dan indicios de que Prove puede avanzar en esa dirección, como una acción que, por sí misma, ya promueve algunos movimientos en las estructuras del sistema. de enseñar convocando la imaginación de los alumnos, movilizand o también a los docentes, en torno a una acción audiovisual anclada en la realidad de la escuela y de sus sujetos.

Keywords: Cine y escuela; educomunicación; ECSAB; Prove.

Considerações iniciais a respeito da Educomunicação contextualizada

As primeiras iniciativas em torno da interface cinema-educação, que deram vida ao movimento pelo cinema educativo², no início do século XX, demonstram como os educadores já anteviam as estreitas relações entre as áreas da educação e da comunicação. Contemporaneamente, essas afinidades são estabelecidas por uma ampla gama de linguagens e tecnologias audiovisuais e multimídia que fazem parte das ambiências no século XXI (FRANCO, 2004), como as plataformas de ensino, vídeos, videoconferências, rádio etc. Nesse período de tempo, não só a comunicação se transformou como a educação também passou e vem passando por processos que exigem uma reconfiguração do seu papel, o que se deve, em parte, à perda da hegemonia das instituições educacionais na socialização e transmissão de saberes e à ascensão dos meios de comunicação como um

² Movimento liderado por intelectuais escolanovistas, entre os anos de 1920 e 1930, que visualizavam o cinema como importante instrumento de modernização, sobretudo, do modo de educar no Brasil. Edgar Roquette Pinto é um dos grandes nomes do cinema educativo, sendo figura elementar para a institucionalização da imagem como recurso educacional.

novo espaço do conhecimento, ocupando parte do lugar que antes era destinado somente à escola (BACCEGA, 2011).

Nesse contexto, segundo Maria Aparecida Baccega (2011), há um embate permanente entre essas agências de socialização, numa espécie de oposição mídia *versus* escola e família, pela hegemonia na formação de valores e pelo destaque na configuração de sentidos sociais, numa “tentativa (...) de tornar o signo monossêmico, ou seja, de pretender que o sentido atribuído à palavra por uma das agências, por exemplo, é o único e será interpretado apenas daquele modo por todos” (BACCEGA, 2011, p. 33). Essa disputa vai, então, constituir o campo da comunicação/educação, que vem para propor, justificar e indicar pistas na busca pelo diálogo educomunicativo entre essas agências, compreendendo a importância do papel da comunicação na prática educativa, com ou sem a presença dos meios nesse processo (BACCEGA, 2011).

O educador e sociólogo brasileiro Paulo Freire foi o primeiro teórico latino-americano a constatar essa inter-relação entre comunicação e educação na dialogicidade que se faz indispensável ao ato do conhecimento. Para Freire (1983), a relação entre educador e educando deve pressupor uma intercomunicação que permita a esses sujeitos tornarem-se coparticipantes no processo de construção dos saberes. Assim, ao pensar sobre essa reciprocidade, que envolve a comunicação entre sujeitos pensantes, na troca de sentidos entre um e outro, que dá vida ao diálogo comunicativo, Freire (1983) demonstra que não há sujeitos passivos na comunicação e/ou na educação, mas sim sujeitos co-intencionados, que se expressam mutuamente.

Inspirado por esse referencial freireano, o teórico colombiano Jesus Martín-Barbero (1997; 2014), ao tratar sobre as relações entre cultura, comunicação e educação, vai contribuir para tornar mais lúcida a visão sobre o processo de recepção das mensagens, promovendo uma importante mudança na pedagogia da educação para os meios (SOARES, 2000). A partir da teoria das mediações, Barbero (1997) provoca um percurso teórico-metodológico que reorienta o olhar sobre os meios de comunicação, rompendo com padrões de análise, vigentes nos anos 1960 e 1970, que conduziam a uma fragmentação do processo comunicativo, numa separação metodológica entre a análise da mensagem, em seu conteúdo textual ou discursivo, e a análise da recepção utilizada apenas como meio de indagação dos efeitos ou da reação, ou seja, toda a atividade de um lado e mera passividade do outro. Em contraponto a isso, o que esse teórico vai propor é

uma “operação de deslocamento metodológico para re-ver o processo inteiro da comunicação, a partir de seu *outro* lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus *usos*” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 16).

Na educação, essa operação de deslocamento, dos meios às mediações, implica no reconhecimento dos educandos, não como uma tábula rasa ou recipiente vazio que precisa ser preenchido, mas como sujeitos dotados de “um potencial de saberes diversos, porém entrelaçados, que provêm menos do saber escolar que de sua experiência cultural” [...] (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 126). Dessa forma, para além de uma postura defensiva, moralista, em torno de uma educação para os meios, pensa-se, por outro lado, como pode se dar a apropriação dos meios e linguagens da comunicação por crianças e jovens, numa educação articulada pelos meios (SOARES, 2000). Essa perspectiva lançada sobre a educação, enquanto ação comunicativa, e sobre a comunicação que, enquanto produção simbólica e de sentidos é, por si só, uma ação educativa (SOARES, 2012), vai contribuir para promover o caminho para o campo de interface da Educomunicação.

Como pondera Donizete Soares (2006), o neologismo que, em princípio, parece mera junção de Educação e Comunicação, na realidade, não apenas une as áreas, mas desmarca a configuração de um novo campo de pesquisa e intervenção social, definido, de acordo com Ismar Soares (2000, p. 63),

(...) como o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais (tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e rádio educativos, centros produtores de materiais educativos analógicos e digitais, centros coordenadores de educação a distância ou “e-learning”, e outros....), assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem.

Importante centro de ação da Educomunicação, o ecossistema comunicativo é o cenário pelo qual são visualizados os desafios propostos à educação, nos modos singulares de produção, difusão e compartilhamento da informação e do conhecimento em função desse cenário (CITELLI, 2011). Tornando-se tão vital quanto o ecossistema verde, o ecossistema comunicativo, para Martín-Barbero (2011) se materializa na relação com as novas tecnologias e na forma como elas nos apresentam novos modos de perceber

e sentir, articulando uma experiência cultural que mobiliza um novo *sensorium*³. Na educação, essa dinâmica proporciona a difusão e descentralização do saber, em um ambiente informacional e de conhecimentos múltiplos, não centrado no sistema educativo, que ainda nos rege, e que possui dois elementos centrais de legitimação: a escola e o livro. Segundo Martín-Barbero (2011, p. 132), “essa diversificação e difusão do saber, fora da escola, é um dos desafios mais fortes que o mundo da comunicação apresenta ao sistema educacional”.

Ao ser incorporado ao campo da Educomunicação, o conceito de ecossistema comunicativo passa a configurar a interação entre as pessoas, na comunicação interpessoal, grupal e organizacional que desenvolvem, considerando que “a relação dialógica não é definida pela tecnologia e sim por um tipo de convívio humano que dela se apropria visando à convivência saudável” (ALMEIDA, 2016, p. 8). Desse modo, ao propor ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, a Educomunicação entende a necessidade de se desenvolver uma comunicação essencialmente dialógica e participativa, prezando pelo bom fluxo de relações entre as pessoas e os grupos humanos, bem como pelo acesso de todos/todas ao uso adequado das tecnologias da informação (SOARES, c2021).

Em vista disso, entre as principais metas da prática educ comunicativa estão a ampliação da capacidade de expressão de todas as pessoas em um dado contexto educativo, presencial ou virtual (tanto em estágios de ensino formal, quanto em experiências de educação não formal ou mesmo informal); a melhoria do coeficiente comunicativo das ações educativas, convertendo-as em práticas de diálogo social, a serviço da cidadania; emprego dos recursos da informação nas práticas educativas, numa perspectiva criativa e participativa; o protagonismo comunicativo dos sujeitos, independentemente de suas condições de idade, gênero, nível econômico ou posição social (ABPEDUCOM, 2020).

Conforme Ana Menezes, Edmerson Reis e Edilane Teles (2019), a Educomunicação não pode estar desvinculada do pensamento sobre a contextualização,

³ Martín-Barbero utiliza o termo *sensorium*, no sentido dado por Walter Benjamin, para fazer referência aos modos de percepção e de sentidos que compõem a experiência humana, em suas relações com o mundo. Para esse teórico, os novos cenários da comunicação, a partir da centralidade dos meios, fazem emergir um novo *sensorium*, diante de experiências sociais, culturais, políticas e educativas, ou seja, novas formas de exercer a coletividade, de construção e acesso aos saberes e de participação no debate público, por exemplo (MARTÍN-BARBERO, 2004).

que dá e mobiliza os sentidos e significados que devem direcionar esse tipo de prática. Esses autores avaliam, em simbiose, ao considerar o compartilhamento de referências comuns entre esses campos, atentando para o fato de que “a contextualização é base para a efetivação da educomunicação e esta é fundamental na concretização da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido - ECSAB” (MENEZES; TELES; REIS, 2019, p. 13).

De acordo com Luzineide Carvalho (2006), o campo educacional por muito tempo ficou de fora das preocupações políticas para a região semiárida. A lógica de combate à seca, ao ser pensada a partir de uma série de políticas assistenciais, nunca se preocupou em produzir conhecimento sobre essa região, em suas particularidades e características, e a ausência de ações integradas e intersetoriais, nesse sentido, fez com que a escola permanecesse alheia a tais problemáticas (MARTINS, 2006). Nesse contexto, Josemar Martins (2006) destaca como as práticas, currículos e saberes que consolidam as bases da educação formal no Semiárido contribuem para difundir narrativas e enunciados ditos universais – pensados, majoritariamente, pelo Sudeste urbano do Brasil - que neutralizam toda e qualquer reflexão sobre as diversas realidades e experiências que circundam as escolas brasileiras nos quatro cantos do país. Essa educação, que continua sendo “enviada” por uma narrativa hegemônica e se materializa, sobretudo, no livro didático que impera, muitas vezes, como base dos processos pedagógicos, é entendida como descontextualizada por desconsiderar ou tomar como menores todas as questões locais, regionais e de contexto nas escolas (MARTINS, 2006).

É nesse aspecto que se compreende a dimensão sociocultural da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro (ECSAB). Como afirmam Menezes, Reis e Teles (2019), a ECSAB, em seu processo de contextualização curricular, atua para imprimir sentido aos saberes escolares, reconhecendo os educandos e educadores como protagonistas da práxis pedagógica. Ainda segundo esses autores, essa pedagogia “embebida do “contexto”, criticamente refletido, articulada pelo movimento prática-teoria-prática, reveste o ensino-aprendizagem de “questões problematizadoras do mundo, que provocam no cotidiano das práticas educativas e formativas a emergência do diálogo com os saberes que surgem das relações culturais cotidianas” (MENEZES; REIS; TELES, 2019, p. 12).

Paiva e Barros (2017) destacam que a ECSAB prioriza a contextualização do saber, do ensino, das metodologias e dos processos educativos, colaborando para a construção de uma visão mais plural da região semiárida, desmitificando uma única ideia de Semiárido Brasileiro. Para tanto, a educação contextualizada se firma em pilares como: a contextualização das políticas e processos educativos, empreendendo a reorientação das concepções de escola e de Educação presentes no Semiárido brasileiro; preconiza uma educação que contemple as especificidades e potencialidades naturais e culturais dessa região; afirma o contexto como ponto de partida em quaisquer práticas educativas, compreendendo que o contexto não é algo fixo, físico e objetivo, por isso todo o saber é singularizado em cada sujeito, considerando suas referências, e as relações com os saberes globais devem partir dele (REIS; ROCHA, 2019; REIS; SILVA, 2019).

Para Martín-Barbero (2014, p. 25), “a escola continua consagrando uma linguagem retórica e distante da vida, de suas penas, suas ânsias e suas lutas, tornando absoluta uma cultura que asfixia a voz própria (...)”, ao transmitir a visão de cultura de uma minoria dominante que domestica a palavra, a marginaliza, convertendo-a em ferramenta meramente funcional. Esse teórico afirma ainda que, entre as múltiplas estruturas de dominação, há uma expressão privilegiada, que é justamente a que impede o direito ao lugar de fala, do dizer o próprio mundo e dizer a si mesmo. Assim, os caminhos da Educação Contextualizada, compreendendo essa necessidade de re-ver o processo da práxis educativa, sai de uma dinâmica que parte do global para o local, para uma proposta pedagógica que tenha como ponto de partida o contexto local, a realidade da escola, dos alunos e dos professores, para, só então, tecer relações - baseadas em interpretações críticas - com as globalidades que também demarcam a experiência escolar e cultural dos sujeitos da educação.

Diante disso, o entrelaçamento entre Educomunicação e ECSAB se articula a partir da proposta comum de ruptura com o modelo educacional vigente que só é possível quando há a insurgência da produção de um conhecimento que esteja articulado com a realidade, os saberes e os modos de vida oriundos do espaço que circunda a escola e os sujeitos do processo educativo, com metodologias que promovam a afirmação do contexto como ponto de partida. Para tanto, é preciso compreender que todo saber é singularizado em cada sujeito, considerando suas referências, e as relações com os saberes globais devem partir dele (REIS; ROCHA, 2019; REIS; SILVA, 2019). Nesse viés, Flávia

Vasconcelos e Adriana Campana (2019, p. 57) constataam “a necessidade de estimular os indivíduos a imaginarem, indagarem e, por consequência, criarem e recriarem a partir de seus contextos sociais, históricos e culturais”.

O cinema à luz da Educomunicação Contextualizada

A partir desse olhar sobre a Educomunicação Contextualizada, nosso artigo busca refletir sobre as relações entre cinema e educação em escolas do Semiárido urbano juazeirense. O cinema deve ser considerado como um campo de mediação possível - em sua potencialidade socialmente comunicativa, artística, pedagógica - que pode mobilizar ações educacionais, que tenham como base uma proposta de contextualização. Também visualizamos no cinema o que Martín-Barbero (2014) chama de dimensão estratégica da cultura, onde a linguagem cinematográfica pode, através da tecnicidade midiática, fazer a escola se inserir nos novos campos de experiência que se processam num contexto onde as práticas culturais de criação, do saber, do imaginário, estão em profunda reestruturação, numa situação de ruptura geracional, cuja experiência não cabe mais no sentido linear da palavra impressa.

Essas reflexões terão como base a proposta fílmica do “Produção de Vídeos Estudantis” (Prove), projeto realizado pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), cuja iniciativa sugere uma dinâmica alternativa para o ensino-aprendizagem de cinema nas escolas da rede estadual de ensino. Dessa forma, busca-se compreender a seguinte questão: A proposta do Prove pode ser considerada, a partir de uma perspectiva educacional de interface entre cinema e educação, como uma prática de ECSAB? Ressaltamos que este artigo apresenta reflexões que partem do que é previsto para a execução do Prove em documentos públicos da Secretaria da Educação do Estado da Bahia e da nossa experiência como participantes do júri de avaliação em mostras audiovisuais estudantis do referido projeto. Em paralelo a isso, estão alguns dos primeiros resultados alcançados com a análise de dados empíricos sobre o Prove, obtidos por meio de entrevistas⁴ com docentes de escolas em Juazeiro-BA, dentro da pesquisa de mestrado do qual esse projeto é objeto central.

⁴ As entrevistas foram realizadas após aprovação da execução do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UNEB, sob o número do parecer 4.608.474, emitido em 24 de março de 2021.

A cidade de Juazeiro está localizada no Norte da Bahia, situada a 511 Km da capital baiana, Salvador. A área da unidade territorial é de 6.500,691 Km², com uma estimativa populacional de 220.253, no ano de 2016 (IBGE, 2010). De acordo com Carvalho (2012), a região apresenta uma condição de alta semiaridez e a média pluviométrica anual fica entre 600 a 700mm, considerada crítica.

Metodologicamente, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo, segundo Köche (2011, p. 122), “é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa”. Ainda conforme esse autor, a pesquisa bibliográfica pode ser utilizada para vários fins e, no caso desse artigo, ela serve para a compreensão do conhecimento disponível sobre os temas, como base para a fundamentação do problema em questão, servindo de instrumento auxiliar para a construção e sustentação das hipóteses elencadas.

Além disso, analisamos os conteúdos dos documentos do PROVE e as primeiras entrevistas realizadas com docentes das escolas participantes da nossa pesquisa de mestrado. A análise de conteúdo, que, para Bardin (2007), pode ser compreendida como um conjunto de técnicas de apreciação das comunicações, visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

O Prove e a interface cinema-educação na escola: uma perspectiva criativa centrada no fazer

O “Produção de Vídeos Estudantis” (Prove) foi desenvolvido a partir do projeto “Cinemação: uma ideia na cabeça e um celular na mão”, concebido em 2003, no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA/REDPECT), pelo professor e jornalista Marcílio Rocha Ramos. Esse último projeto tinha como objetivo a construção de conteúdos digitais com o celular, incentivando, entre os estudantes da rede pública de ensino, a produção coletiva de filmes, a partir de discussões com temática livre que davam base à concepção dos roteiros. Com base nessa proposta de conduzir a novas formas de relação com o conhecimento, o

Cinemação foi desenvolvido tendo como base de referência, naquele período, a Educomunicação. “Mais que um método, a Educomunicação significa aprender fazendo, compartilhando. Significa que a teoria faz parte da prática e que esta ocorre dentro de uma série de movimentos, saberes e compartilhamento”, ressalta Rocha (2010) na referida entrevista.

Assim, na perspectiva desse projeto, a interação entre a comunicação e a educação, através das mídias, leva à aprendizagem a partir de novas formas colaborativas e o uso do celular, nessa prática, conduz a uma experiência de aproximação com a vivência midiática e cotidiana dos estudantes. Em 2009, o Cinemação passou a ser realizado nas escolas da rede estadual, com foco no uso das novas tecnologias dentro do ambiente escolar. Essa experimentação audiovisual adquiriu nova nomenclatura e roupagem através da perspectiva do Prove que, de acordo com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC, 2019), confere maior ênfase ao desenvolvimento da experiência fílmica, a partir da perspectiva da arte.

O Prove compõe o quadro dos chamados Projetos Estruturantes de Arte e Cultura, realizados pela SEC-BA. São projetos que propõem a criação de produtos artísticos voltados para a valorização do patrimônio cultural, histórico e artístico da Bahia, considerando as particularidades regionais de cada território de identidade dos 27 Núcleos Territoriais de Educação (NTE), em toda a rede estadual de ensino. São pinturas em tela, canções, festivais, danças e vídeos criados dentro de projetos como o Encante, que estimula a criação de grupos para o Canto Coral; Educação Patrimonial e Artística (EPA), que abrange a produção de álbuns fotográficos com temas sobre o patrimônio cultural e histórico-regional e o Artes Visuais Estudantis (AVE), onde os estudantes produzem obras de artes visuais. A concepção, objetivos e etapas desses projetos são elaborados pela Secretaria da Educação, dentro de uma concepção teórica comum que é enviada aos Núcleos, mas cada escola, dentro de sua realidade e particularidades, possui autonomia para definir a melhor forma de colocar os projetos em prática.

No Prove, os estudantes produzem vídeos de até cinco minutos, que podem ser feitos com o uso de celulares, câmeras fotográficas ou filmadoras. Nessa perspectiva de criação, eles são orientados a produzirem roteiros e a conduzirem o processo de filmagem e edição de seus vídeos. Anterior a essas atividades práticas, o projeto prevê um período de formação para a apreensão de noções básicas sobre o cinema, sua história e técnicas

de roteirização e filmagem, tanto para professores quanto para estudantes (SEC, 2019).

Dentre os objetivos elencados pela SEC (2019, p. 1) na constituição do Prove estão:

- Desenvolver a experiência fílmica nos contextos escolares da rede estadual, a partir da perspectiva da arte cinematográfica, articulada aos demais projetos artísticos.
- Compreender a história e a importância do cinema brasileiro/baiano (passado/presente) no contexto de desenvolvimento cultural da sociedade moderna e contemporânea.
- Construir enredos cinematográficos/documentários, levando-se em consideração o lúdico, as atitudes estéticas e as distintas manifestações culturais, assim como os variados gêneros do processo de criação fílmica, ou seja, do real à ficção.
- Explorar o potencial educativo, estimulando a expressão visual de imagens em movimento, a produção de roteiros, gravação e edição de vídeos estudantis, no ambiente escolar, no bairro e na cidade, a partir da compreensão da arte fílmica como objeto de ampliação do conhecimento crítico, de desenvolvimento de saberes e fazeres artísticos, assim como de valorização das manifestações culturais e regionais.
- Desenvolver noções teóricas e práticas sobre o cinema (documentário e ficcional) e noções sobre a organização de mostras de cinema.
- Promover mostras com a produção fílmica estudantil nos contextos escolares, nos Núcleos Territoriais de Educação (NTE) das distintas regiões do estado da Bahia.

As mostras, indicadas nesse último objetivo, são competitivas e incluem - para além da exposição/socialização dos vídeos estudantis - um processo de avaliação e seleção, onde esses produtos audiovisuais passam por fases eliminatórias e concorrem a prêmios oferecidos pela SEC, na fase final do concurso que, geralmente, acontece em Salvador. Na etapa territorial 2019 do Prove - a última realizada antes da pandemia de Covid-19 na sede do NTE 10 - foram exibidos 14 vídeos estudantis, com participação de escolas estaduais dos municípios de Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. Os formatos variaram entre filme de ficção e vídeo animado com desenhos à mão, com temas que abrangiam enfoques diversos como as consequências da depressão entre jovens, saneamento básico urbano e denúncias, em estilo jornalístico, de problemas vivenciados pelas comunidades de origem dos alunos, para citar alguns. Em sua grande maioria, os vídeos traziam atuações dos próprios estudantes em tela. Além disso, eles também possuem autonomia na escolha do tema que irão tratar, dentro da premissa proposta pela SEC de valorização das manifestações regionais e culturais, através do potencial artístico.

Destacamos que esse exercício de integração entre educação e cinema, proposto pelo Prove, acontece em meio a amplas discussões a respeito das formas de abordagem e utilização da sétima arte no contexto educacional. Como pondera Índia Mara Holleben (2007), por sofrer dos mesmos preconceitos das demais artes, a dificuldade em reconhecer o cinema como conhecimento, cultura, linguagem artística, faz com que seu uso na escola, muitas vezes, se dê pela via do entretenimento ou da ilustração do conhecimento que vem de outras fontes “mais confiáveis”. Nesse sentido, Rosália Duarte (2002), aponta que, dentro das políticas educacionais, os filmes ainda figuram como coadjuvantes, distantes de serem vistos como bens fundamentais dentro dos processos educativos, no âmbito do ensino formal.

Esse cenário é observado por Martín-Barbero (2014) a partir do que ele denomina como desencanto radical, que se afirma sob o dogma de uma razão dualista, onde os livros representam um pensamento vivo, crítico, independente e os meios audiovisuais encarnam a futilidade, espetacularização e o conformismo. Ainda de acordo com esse teórico, “enquanto o livro é declarado espaço próprio da razão, do argumento, do cálculo e da reflexão, o mundo da imagem massiva é reduzido ao espaço das identificações primárias e das projeções irracionais, das manipulações consumistas e da simulação política” (2014, p. 45).

No entanto, ao discorrer brevemente sobre a história do cinema na constituição massiva das culturas nacionais, Martín-Barbero (1997) demonstra que, para além de uma visão monolítica da manipulação, até a década de 1950, ver filmes representava uma experiência cultural de reconhecimento do público majoritário, que buscava ver-se na grande tela, aprender gestos, estilos, modos de fala. Esse autor ressalta, inclusive, que o modo pelo qual o público vivenciou essa experiência cinematográfica, a forma como recebeu o cinema, foi a grande causa de seu sucesso, sobrepondo qualquer estratégia de mercado ou sedução dos artistas. Esse processo demonstra o caráter simbólico do cinema que abarca uma relação muito mais complexa com o espectador do que uma simples transmissão direta da narrativa.

Nessa compreensão, conforme Duarte (2002, p. 19), “parece ser desse modo que determinadas experiências culturais, associadas a uma certa maneira de ver filmes, acabam interagindo na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais”. Assim, o entendimento do cinema como

mediação possível perpassa pela construção social de sentido que ele evoca, dentro de uma dinâmica cultural que aciona os repertórios e contextos particulares dos sujeitos envolvidos, ativamente, nesse processo de significação fílmica. Nesse sentido, existe um pacto do espectador com o filme que só é possível a partir de uma troca simbólica entre ambos.

A dinâmica do Prove em escolas estaduais de Juazeiro pelas lentes da Educomunicação e ECSAB

Baseando-se nessas compreensões, podemos, portanto, construir reflexões, em torno da dinâmica do Prove, a partir de três pontos de análise: a dinâmica dos usos tanto da tecnologia, quanto das potencialidades técnica e artística do cinema, a cotidianidade familiar em seus temas, a competência cultural que aciona e a interface comunicação/educação.

O uso das potencialidades técnicas e artísticas do cinema em escolas estaduais de Juazeiro, através do Prove, se dá em um contexto onde a má distribuição de salas de exibição constitui um grande desafio para a democratização do acesso à sétima arte. Dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o acesso aos cinemas ainda é restrito no Brasil. Em 2018, o país tinha quase 40% da população em municípios sem salas de cinema.

No âmbito estadual, dados da Agência Nacional de Cinema (Ancine) mostram que a Bahia é o pior estado em número de salas por habitante, conforme matéria divulgada pelo jornal eletrônico Correio, onde ao todo, “são 114 cinemas para atender a 14,8 milhões de habitantes. Existe, portanto, uma sala para cada 129.935 pessoas (...). Dos 417 municípios baianos, apenas 16 possuem salas (menos de 4%), a maioria nas maiores cidades” (CORREIO, 2019, s.p.). Além disso, se forem considerados os valores dos ingressos e a falta de representatividade nas telas, esses panoramas se tornam ainda mais complexos.

Em Juazeiro, essa realidade não é diferente. A cidade que já foi cenário para grandes produções nacionais como *Eu, Tu, Eles* (2000) e *Reza a lenda* (2015) e cujo fluxo cinematográfico inclui também a produção local de filmes, como *Irmãos Quixaba* (2004),

de Hertz Félix e curtas metragens como *Necrópolis* (2019), de Flávio Andrade, e *Às moscas* (2021), de Wayner Tristão, entre outros, voltou a inaugurar salas de cinema apenas no ano de 2016, acopladas ao empreendimento do primeiro grande shopping da cidade. Antes disso, o cinema mais próximo ficava na cidade vizinha, Petrolina, no estado de Pernambuco, também nas imediações de um shopping. Ambas as salas apresentam um circuito comercial de filmes *mainstream*⁵, com exibições de produções internacionais, em sua maioria. Os ingressos de cinema em Juazeiro variam entre 16 e 26 reais, a inteira⁶. Atualmente, a cidade não conta com espaços fixos de exibição pública, como cineclubes.

Considerando esse contexto, no momento em que o Prove sugere uma conexão entre cinema e educação, oportuniza-se nas escolas um espaço próprio de acesso à experiência fílmica que, como vimos através dos dados, a muitos é negada. Trata-se, então, da possibilidade de utilização dos gêneros e linguagens do cinema, com um objetivo socioeducativo, que pode mobilizar os estudantes em torno de um dispositivo hegemônico, subvertendo seus usos através de recursos tecnológicos próprios, na contramão do não acesso. Além disso, ao propor uma perspectiva criativa, centrada no fazer, o Prove fornece uma importante ferramenta de expressão, permitindo que esses estudantes possam compreender o cinema como um gesto de criação que parte deles próprios, o que viabiliza a iniciação de sujeitos que sentem e pensam a sua própria prática.

Esse trabalho de criação fílmica com os estudantes envolve etapas que vão desde a elaboração do roteiro à edição do vídeo, tendo por base uma autonomia criativa, que abrange a livre escolha dos grupos sobre o tema que irão tratar nas produções, o formato da narrativa e a divisão de funções entre os integrantes, que se aproxima da divisão de trabalho de uma equipe de produção cinematográfica, com roteiristas, editores e cinegrafistas. Além disso, muitos dos vídeos apresentados ao Prove possui estudantes no papel de atores e atrizes e essa iniciativa, segundo relatos de docentes que executam esse projeto em escolas de Juazeiro, parte deles próprios. Essa prática do fazer cinema na escola é articulada ainda com o exercício de ver filmes, fortalecendo o espaço da reflexão sobre a imagem na dinâmica desse projeto.

⁵ Mainstream é um conceito que expressa uma tendência ou moda principal e dominante. Disponível em: <https://www.significados.com.br/mainstream/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

⁶ Preços disponíveis no site da Cinemark - Juazeiro. Disponível em: <https://www.cinemark.com.br/juazeiro/filmes/em-cartaz>. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

A análise dos dados preliminares das entrevistas com os docentes demonstram essa experiência de articulação entre ver e fazer filmes em sala de aula. Documentários como *Quem matou Eloá* (2015), *Silêncio das Inocentes* (2010) e *Lixo extraordinário* (2009) e o filme de ficção *O menino que descobriu o vento* (2019) foram mencionados pelos docentes, durante as entrevistas, como narrativas audiovisuais exibidas nas escolas. Assim, os estudantes têm acesso a produções cinematográficas que, muitas vezes, não estão acessíveis através da televisão e/ou das salas de cinema locais. Essa reflexividade sobre a imagem fílmica, nas escolas pesquisadas, mobiliza, majoritariamente, o debate sobre temas geradores para a construção dos vídeos, mas também articula a formação de uma percepção estética em torno dos estilos de criação das produções assistidas.

Associado a isso, com a liberdade temática que propõe aos estudantes, o Prove abre precedentes para que eles demonstrem percepções acerca dos seus espaços e cotidianidades, representando imagetivamente temas que lhes são familiares. Assim, suas produções se constituem na materialização de pensamentos a respeito dos lugares que ocupam, das realidades que vivenciam, dos contextos do qual fazem parte. Essa contextualização, que se esboça na raiz desse projeto, favorece o rompimento com a universalidade comumente imposta no cotidiano curricular desses estudantes, que impede o pensamento sobre si mesmos, sobre o próprio contexto que os circunda e que, como afirma Martins (2006, s.p.), “sequer dá o tempo suficiente para que os sujeitos possam organizar uma auto-definição e uma auto-qualificação. Antes disso, porém, eles já estão nomeados, qualificados, representados numa caricatura na qual sequer podem se reconhecer”.

O Prove, nesse caso, atenderia a um dos fatores que atuam na relação que se estabelece entre espectador e filme que é a identificação (DUARTE, 2002), e pode-se vislumbrar também, como diz Martín-Barbero (2014, p. 41), “(...) que o acesso à expressão e à criação cultural é experimentado pelos alfabetizados como um processo de luta por fazer-se reconhecer enquanto atores do processo social”. Nesse trabalho com a realidade local, é acionada uma competência cultural adquirida na relação dos estudantes com seus espaços que pode articular a construção de visibilidades e dizibilidades sobre o contexto onde as escolas, os estudantes e professores se encontram. Segundo Martins (2006), essas construções são essenciais para promover a autonomia dos contextos,

enquanto elementos que permitem a um sujeito consciente construir um entendimento, sentidos, sobre experiências políticas, estéticas, históricas, culturais vivenciadas.

Elas fornecem também bases para a análise do imaginário construído sobre as diversas identidades, regionalidades, cotidianidades que compõem os espaços de ensino-aprendizagem, articulando uma nova rede de significados, imagens e discursos dentro desses âmbitos. Sendo, então, a visibilidade a forma como somos vistos e a dizibilidade a forma como falamos de nós que, geralmente, é carregada de preconceitos e estereótipos, considerando esse tema da regionalidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011), a produção fílmica estudantil do Prove pode articular (ou não) novas maneiras de ver e dizer - no caso específico da pesquisa de mestrado em andamento – sobre o Semiárido urbano juazeirense, ao trazer questões relacionadas a essa urbanidade, quando a perspectiva que se sobressai sobre esse espaço, por exemplo, é a do âmbito rural.

Dessa maneira, ao analisarmos o conteúdo imagético e textual de vídeos estudantis produzidos dentro desse projeto em nossas experiências como juradas, podemos observar que as narrativas transitam por temáticas sociais que, dentro da sua globalidade, também compõem cenários e estimativas da realidade semiárida, como a violência contra a mulher, problemas de acessibilidade e de saneamento básico em vias urbanas e questões relacionadas aos direitos humanos. Com isso, as produções exploram temas que, muitas vezes, podem estar desvinculados da matriz curricular, mas que compõem quadros de vivência e de percepção dos estudantes a respeito de dimensões socio-culturais, políticas e históricas que são representativas do nosso espaço, para além dos tipos regionais predominantes na construção imagético discursiva sobre o Nordeste e o Semiárido.

No que diz respeito aos docentes, verificamos, ainda nas primeiras entrevistas, que a autonomia também configura como elemento central no trabalho que desenvolvem no Prove, pois possuem liberdade para conduzirem as oficinas e atividades com os estudantes, em relação à ementa e conteúdos ofertados. Contudo, a formação para professores e coordenadores pedagógicos atuarem no referido projeto, prevista no documento síntese do Prove, como estratégia de ação para sua execução nas escolas e voltada para a apreensão das noções básicas do processo de criação do roteiro e produção cinematográfica; abordagem da origem do cinema e a importância do filme como prática educativa; aprimoramento do olhar crítico sobre a arte fílmica e a compreensão dos fazeres cinematográficos, por meio da experiência de cineastas baianos (SEC, 2019), não

ocorre como o planejado. Inclusive, há professores que relatam não ter vivenciado qualquer tipo de preparação/sensibilização para essa prática na escola.

Desse modo, por mais que a experimentação direta, junto aos estudantes configure uma aprendizagem ao/à professor/a, no movimento de “aprender fazendo”, como demarca Danielle Ribeiro (2019), as deficiências nessa formação de base com os docentes constituem obstáculos na oferta das ferramentas necessárias para o trabalho com o cinema nesse projeto. Esse aspecto demonstra a importância de uma relação com a interface cinema-educação que esteja contextualizada, para que faça sentido, inclusive, na vivência de professores (as), pois a dificuldade em ensinar sobre algo que, muitas vezes, não se conhece, ou se tem pouco contato, fica evidente como uma das grandes dificuldades na execução do Prove. Diante disso, cabem os questionamentos de Maria Teresa Fretas (2016, p. 98), quando reflete sobre esse contexto da aprendizagem docente para o cinema:

Como esse sujeito que é ensinante continua o seu processo de aprendente? Como se relaciona com um campo de experiências que, embora já fazendo parte do seu dia a dia como cinema-diversão, passa agora a ser campo de descoberta, experiência e aprendizagem? Que sentidos constroem esses sujeitos professores no processo de ensinar e aprender a fazer filmes com seus alunos? (FRETAS, 2016, p. 98).

A partir disso, entendemos que a aproximação dos professores com o cinema se mostra crucial para o trabalho engajado com projetos audiovisuais como esse. Em relatos de professores (as), é visível como o envolvimento docente, a partir de sua afinidade com a cultura do cinema e dos sentidos que atribui a essa experiência, é fundamental, não só para a sua participação, como para a mobilização da comunidade escolar em torno desse projeto. Os conteúdos das entrevistas demonstram que, nesses casos, mesmo com as deficiências formativas, em relação ao campo do cinema, eles se responsabilizam e tomam à frente do projeto. No entanto, ainda assim, é preciso haver sensibilização para que se possa reforçar o entendimento sobre as potencialidades e possibilidades do cinema na educação e estimular o movimento de professores adeptos ao trabalho com a linguagem cinematográfica nas escolas.

De uma maneira geral, percebemos, que a proposta do Prove delinea caminhos possíveis, através do cinema, que podem alcançar algumas das metas da prática educacional, como a ampliação da capacidade de expressão estudantil, por meio do emprego de recursos tecnológicos, sobretudo, do celular, numa perspectiva criativa e

participativa; o protagonismo comunicativo dos estudantes nas tomadas de decisão, diálogo de ideias e execução das atividades do Prove, sob a supervisão de professores e professoras; e, conseqüentemente, a horizontalidade que se desenha na construção dos saberes nesse processo criativo (SOARES, 2020). Por outro lado, quando se pensa sobre a melhoria do coeficiente comunicativo das ações educativas, convertendo-as em práticas de diálogo social, a serviço da cidadania, também uma meta da Educomunicação, abrem-se lacunas sobre como a experiência com o Prove incide na vivência dos estudantes enquanto cidadãos, em sua realidade para além dos muros da escola.

Esse é um ponto de análise que a nossa pesquisa não pretende alcançar, mas esse princípio educucomunicativo chega a demonstrar indícios em outros aspectos, por exemplo, na forma como os estudantes seriam levados a driblar as estruturas de uma distribuição desigual de acesso à sétima arte. Isso se construiria não apenas no aprendizado teórico sobre noções de cinema, mas no modo como esses estudantes podem se apropriar do domínio de seus códigos e os utilizar, dentro de uma dinâmica própria, para mostrar o que têm a dizer por meio de suas criações audiovisuais autorais. A educomunicação para a cidadania também se daria, nesse sentido, quando os estudantes passam a ter voz dentro de um sistema de ensino que, muitas vezes, emudece ou desconsidera essas falas, desintegrando-as do processo educativo, o que pode reverberar em sua participação e atuação em outras esferas da vida em sociedade.

A partir disso, notamos como a Educação Contextualizada se configura como ferramenta fundamental na consolidação da práxis educucomunicativa, uma vez que contribui para tornar pertinentes questões que partem do contexto local, que marcam as vivências desses estudantes e que, continuamente, não se encontram discutidas nas narrativas hegemônicas dos livros didáticos. Nesse sentido, sinalizamos a necessidade do fortalecimento do ecossistema comunicativo que envolve as relações entre a Secretaria da Educação e as escolas para que, no diálogo horizontal entre esses agentes, se possa aproximar a concepção do Prove com a realidade docente, no que diz respeito à preparação para a viabilização e concretização da experiência cinematográfica em suas rotinas pedagógicas.

Além disso, quando se considera a transcendência do conhecimento, visando a transformação da realidade vivida, como visa o movimento de contextualização, surge o seguinte questionamento: essas vozes que ecoam através dos vídeos conseguem

transcender esse suporte e são ouvidas pela escola, no sentido da busca por compreender as questões que os estudantes apresentam, para agir em torno delas? Existe uma mobilização em busca da transformação da realidade de *bullying*, depressão juvenil e até mesmo de suicídio retratada pelos vídeos em várias edições do Prove? Nesse ponto, os dados das entrevistas com os docentes demonstram que alguns professores conseguem transcender essas discussões temáticas, para além do âmbito do projeto, e aprofundá-las, enquanto outros relatam que não.

Essas questões podem ser aprofundadas em outros trabalhos, mas é importante reconhecer, de uma maneira geral, que as atividades do Prove manifestam situações da vida estudantil que não se articulam nas práticas pedagógicas, mas marcam a experiência escolar desses estudantes. Os vídeos dão visibilidade a temáticas juvenis que, ao emergirem, dão pistas às gestões escolares e ao corpo docente sobre a necessidade de ações direcionadas ao aprofundamento desses temas também fora do âmbito do projeto. O Prove, para nós, representa ainda uma tentativa de romper com a lógica racionalista que envolve as práticas educativas tradicionais, ao convocar o imaginário desses estudantes, mobilizando também os professores, em torno de uma ação audiovisual, pautada na realidade da escola e de seus sujeitos.

Considerações finais

A Educomunicação, em suas relações teóricas com a ECSAB, consolida bases importantes para o pensamento em torno de como podem se articular as relações entre cinema e educação, no âmbito formal de ensino. Nessa perspectiva, a introdução do cinema nas escolas do Semiárido urbano juazeirense partiria de uma proposta mais ampla, para além de uma instrumentalização dos filmes nos planos secundários das disciplinas. Junto a isso, está a importância de se reconhecer os estudantes em suas bagagens culturais, que não mais se atribuem apenas à escolarização formal, já que na compreensão da Educomunicação contextualizada, os saberes também estão nas experiências além-escola e, mais do que nunca, atrelados a um universo imagético que os estudantes dominam, mas que a escola ainda não alcança plenamente. Nesse viés, o Prove articula uma proposta pedagógica de aproximação/inserção desse universo, por meio da linguagem cinematográfica.

Essa interface cinema-educação proposta pelo projeto também se mostra importante dentro de um contexto onde a democratização do acesso ao cinema ainda é um desafio, assim como a própria inserção dos filmes na escola é alvo de amplas discussões. Com isso, foi possível percebermos que essa iniciativa expressivo-criativa se alinha a algumas metas da ação educacional, em seus princípios de protagonismo comunicativo dos sujeitos, no emprego criativo e participativo dos recursos da informação nas práticas educativas e na relação horizontal articulada na construção dos saberes, no exercício da coletividade e compartilhamento de ideias que o ato de fazer vídeos proporciona.

Essas compreensões também se basearam em resultados obtidos por meio de dados empíricos, coletados em entrevistas com professores articuladores do Prove em escolas de Juazeiro, que demonstraram como o ver e fazer filmes se associa nessa experiência fílmica com os estudantes; como a liberdade de escolha temática viabiliza a autonomia do pensamento estudantil sobre temas sensíveis aos seus espaços e cotidianidades; e a experiência de professores e professoras, que desfrutam de liberdade pedagógica para conduzir suas oficinas audiovisuais, mas sentem falta de uma base de formação que possa auxiliá-los nessa mediação dos fazeres cinematográficos na escola.

Finalmente, podemos concluir que o Prove dá indícios de que pode caminhar na direção de uma Educomunicação Contextualizada, por constituir uma ação que por si só já promove um abalo nas estruturas rígidas do sistema de ensino, numa dinâmica alternativa que inclui a criação de vídeos na cotidianidade escolar como ferramenta de reflexão, expressão e inclusão audiovisual. Nesse caminho, o cinema constitui um importante instrumento de mediação, dentro da sua potencialidade educacional que pode ser acionada no espaço de ensino-aprendizagem, por meio da valorização dos contextos e das vivências dos sujeitos da educação nesse processo.

Referências

ABPEDUCOM. **Conceito**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.abpeducom.org.br/educom/conceito/>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. **Projetos de intervenção em Educomunicação**. Campina Grande-PB, 2016. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4615065/mod_resource/content/1/Projetos%20de%20Interven%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 1 de maio de 2021.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. In: CITELLI, A. O.; COSTA, M. C. C. (Orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2007.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, Território e Convivência: novas territorialidades no Semiárido brasileiro**. Jundiaí: Paco Editora, 2012.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A Emergência da Lógica da “Convivência Com o Semi-Árido” e a Construção de uma Nova Territorialidade. In: **Educação para a convivência com o Semiárido: reflexões teórico-práticas**. 2. ed. Juazeiro: Resab, 2006.

CITELLI, Adilson Odair. Comunicação e educação: implicações contemporâneas. In: CITELLI, A. O.; COSTA, M. C. C. (Orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

DEMOCRATIZAÇÃO do cinema: Bahia é pior estado em número de salas por habitante.

Correio, o que a Bahia quer saber. 2019. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/democratizacao-do-cinema-bahia-e-pior-estado-em-numero-de-salas-por-habitante/>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1uaEJj7k5MDQEmE7v5liEzF79VTK89sSl/view>. Acesso em: 23 de março de 2020.

FRANCO, Marília. Você sabe o que foi o I.N.C.E? In: SETTON, Maria da Graça Jacintho (Org.). **A cultura da mídia na escola: ensaios sobre cinema e educação**. São Paulo: Annablume, Usp, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 8ª ed. Paz e Terra, 1983.

FRETAS, Maria Teresa de Assunção. O cinema na formação de professores: uma discussão. In: FRESQUET, Adriana (Org.). **Cinema e educação: a lei 13.006: reflexões, perspectivas e propostas**. Rio de Janeiro: Universo Produção, 2015.

Disponível em: https://www.redekino.com.br/wp-content/uploads/2015/07/Livreto_Educacao10CineOP_WEB.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2020.

HOLLEBEN, I. M. A. D. S. **Cinema e educação: diálogo possível**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/462-2.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, A. O.; COSTA, M. C. C. (Orgs.). **Educomunicação**: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. Trad. Maria Immacolata Vassalo de Lopes e Dafine Melo. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, Josemar da Silva. Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o semi-árido. In: **Educação para a convivência com o Semiárido**: reflexões teórico-práticas. 2. ed. Juazeiro: Resab, 2006.

MARTINS, Josemar da Silva. Educação contextualizada: da teoria à prática. In: Edmerson dos Santos Reis, Luzineide Dourado Carvalho (Orgs.). **Educação contextualizada**: fundamentos e práticas. UNEB/Departamento de Ciências Humanas – III/NEPEC-SAB/MTC/CNPq/INSA. Juazeiro-BA, p. 45-65, 2011.

MENEZES, Ana Célia Silva; REIS, Edmerson dos Santos; TELES, Edilane Carvalho. Apresentação. In: Edmerson dos Santos Reis e Edilane Carvalho Teles (Orgs.). **Contextualizar a educação, dar sentido aos saberes**. Curitiba: CRV, p. 11-14, 2019.

MOREIRA, Gislene. **Sertões contemporâneos**: rupturas e continuidades no Semiárido. Salvador: Eduneb; Edufba, 2018. Disponível em: <http://www.saberaberto.uneb.br/jspui/handle/20.500.11896/991>. Acesso em: 8 junho de 2020.

PAIVA, Carla Conceição da Silva; BARROS, Edonilce da Rocha. Gênero, sexualidade e educação contextualizada para a convivência com o Semiárido: reflexões e desafios. In: BARROS, Edonilce da Rocha; PAIVA, Carla Conceição da Silva (Orgs.). **Paradigma cultural II**: gênero, educação, trabalho e etnias. Curitiba: CRV, 2017.

PPGESA UNEB. Pesquisa em Debate - Educomunicação: princípios e fundamentos. Live *YouTube*, 3 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=igtPtdf6pL0&list=LL&index=87>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

REIS, Edmerson dos Santos; ROCHA, Ádma Hermenegildo. A contextualização curricular insurgente no Semiárido brasileiro e a ressignificação dos saberes escolares. In: Edmerson dos Santos Reis e Edilane Carvalho Teles (Orgs.). **Contextualizar a educação, dar sentido aos saberes**. Curitiba: CRV, 2019. p. 67-81.

REIS, Edmerson dos Santos; SILVA, Adelaide Pereira da. Em defesa da contextualização dos processos educativos e da convivência com o Semiárido brasileiro. In: Edmerson dos Santos Reis e Edilane Carvalho Teles (Orgs). **Contextualizar a educação, dar sentido aos saberes**. Curitiba: CRV, p. 15-34, 2019.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO. **Produções de vídeos estudantis (PROVE)**. Salvador, 2019. Disponível em: <http://semanapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/sintese-do-prove-2019.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação, São Paulo, (19): set./dez. p. 12-24, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36934/39656>. Acesso em 6 de outubro de 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Conceito**. ABPEducom. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.abpeducom.org.br/educom/conceito/>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de Intervenção social: o caso dos Estados Unidos. EccoS Rev. Cient., UNINOVE, São Paulo: (v.2 n.2): 61-80, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71520205.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. Ecosistemas comunicativos. **NCE-USP**, c2021. Disponível em: <https://www.nceusp.blog.br/educomunicacao/texto-2/>. Acesso em: 2 de agosto de 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. Construção de roteiros de pesquisa a partir dos livros da coleção Educomunicação (Editora Paulinas). **Comunicação & Educação**, Ano XIX , nº 2, 2014. p. 135-142. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/81225>. Acesso em: 1 de agosto de 2021.

VASCONCELOS, Flávia Maria de Brito Pedrosa; CAMPANA, Adriana Maria Santos de Almeida. Construindo a pesquisa em Arte/Educação contextualizada no Semiárido. In: In: Edmerson dos Santos Reis e Edilane Carvalho Teles (Orgs). **Contextualizar a educação, dar sentido aos saberes**. Curitiba: CRV, 2019. p. 53-66.